

MULHER E DISCURSO: ANALISANDO O DISCURSO SOBRE A CONCEPÇÃO DE MULHER VIGENTE NO BRASIL NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX

Michaelly Calixto dos Santos

Kátia Maria Silva de Melo

Universidade Federal de Alagoas
michaellycalixto@outlook.com/katia-melo@uol.com.br

Resumo: Nesta pesquisa objetivamos discutir as concepções de mulher, partindo da análise do discurso dominante no Brasil do final do século XIX e início do XX. Para tanto, questionaremos a constituição do modelo normativo de família burguesa e o projeto educacional republicano. No início da República, destaca-se a importância que o discurso dominante atribui às mulheres, conclamadas a formar os cidadãos, concebidas enquanto “regeneradoras morais da sociedade”. Nesse momento, ganha relevo a necessidade de uma educação feminina, visando preparar a mulher para ocupar o lugar social a ela reservado. Lugar circunscrito ao espaço doméstico no qual desempenharia o papel de esposa e de mãe abnegada. Utilizaremos como referencial teórico metodológico as contribuições da Análise do discurso de origem francesa (AD) filiada a Pêcheux. Segundo esse referencial, o discurso é entendido como prática social, cuja constituição resulta da relação entre língua, história e ideologia. No desenvolvimento da pesquisa retomaremos as Condições de Produção do Discurso sobre a mulher e a educação feminina, por meio do estudo da conjuntura sócio-histórica do período estudado. Consideramos que as relações de gênero estabelecidas na conjuntura de ascensão da burguesia articulam-se a uma concepção de família, que contribuirá para delimitar um lugar social das mulheres atrelado aos interesses dominantes, impondo um modelo normativo que servirá aos interesses da elite, voltados para a disciplinarização do povo e a consequente manutenção da ordem. A análise do discurso dominante sobre a mulher e a educação feminina possibilitou compreender e discutir o projeto político-educativo vigente no Brasil, no final do século XIX e início do XX, e as suas repercussões para a produção de processos de naturalização da concepção de mulher, assentada na ideologia patriarcal. No âmbito desses processos, é constituída a ideologia da domesticidade e da maternagem que marca os processos de identificação e subjetivação de mulheres e homens ao longo da história.

Palavras-chave: Mulher, Discurso, Período Republicano.

INTRODUÇÃO

Nossa pesquisa está voltada para o estudo sobre a mulher e a educação feminina e analisaremos o discurso dominante no final do século XIX e início do século XX. Delimitamos esse período tendo em vista que nele ocorrerá a ascensão da burguesia e a delimitação de um novo modelo normativo de família que terá repercussões para a constituição de um novo ideal de mulher, alinhado ao ideário republicano. Esse ideal de mulher reforça “a importância do amor familiar e do cuidado com o marido e os filhos”, (re)definindo o papel feminino que passa a ser constituído a partir do espaço doméstico. (D’INCAO, 2009, p. 230). Neste estudo situamo-nos num lugar teórico-epistemológico que

concebe a necessidade de investigar a história da educação considerando as imbricações entre as relações de classe, de gênero, de etnia. Ao tematizar o discurso sobre a mulher e a educação feminina, assumimos que as relações de gênero não devem ser ignoradas.

Entendemos que as relações de gênero, estabelecidas na conjuntura de ascensão da burguesia, articulam-se a uma concepção de família, que contribuirá para delimitar um lugar social para as mulheres atrelado aos interesses dominantes, impondo um modelo normativo que servirá aos interesses da elite, voltados para a disciplinarização do povo e a consequente manutenção da ordem. Pressupomos que o discurso dominante sobre a mulher e a educação feminina precisa ser analisado, possibilitando-se a partir de sua análise a compreensão e discussão do projeto político-educativo vigente no Brasil, no final do século XIX e início do XX, e de suas repercussões para a produção de processos de naturalização da concepção de mulher assentada na ideologia patriarcal. No âmbito desses processos, é constituída a ideologia da domesticidade e da maternagem que marcam os processos de identificação e subjetivação de mulheres e homens ao longo da história.

O discurso sobre a mulher será analisado a partir do *Jornal das Moças*, que era uma revista ilustrada com circulação nacional, durante o século XX, conhecida por trazer conteúdos direcionados ao público feminino. Ao propor uma investigação do discurso sobre a mulher, pressupomos a historicidade desse discurso e de seus efeitos de sentido, entendendo que nosso estudo contribuirá para discutir as relações entre mulher e educação. Além disso, permitirá o questionamento do modelo de mulher imposto socialmente e o dimensionamento de sua historicidade. Com isso, temos como objetivos:

- Discutir as concepções de mulher produzidas na conjuntura de ascensão da burguesia e de surgimento de um novo modelo normativo de família;
- Identificar as relações entre a concepção de mulher vigente no final do século XIX e início do XX e o projeto social dominante no período estudado;
- Explicar os efeitos de sentido do discurso sobre a mulher, produzidos no âmbito da ideologia patriarcal.

METODOLOGIA

Norteamos nossa pesquisa pelo referencial teórico-metodológico da Análise do Discurso (AD), filiada a Pêcheux, segundo o qual se postula a determinação histórico-ideológica dos processos semânticos. Sendo assim, nos questionamos ao longo de nossa investigação sobre as concepções de mulher no âmbito do discurso dominante no final do

século XIX e início do século XX. Para dar conta de nossos questionamentos, discutiremos as condições históricas nas quais o discurso sobre as mulheres é produzido, visando analisar os seus efeitos de sentido. No campo da AD, o discurso é entendido enquanto prática social, lugar de encontro entre a língua, a história e a ideologia. Sendo assim, os sentidos das palavras, expressões, proposições não existem em si mesmos, mas são determinados pelas posições ideológicas postas em jogo no processo sócio-histórico em que são produzidos (PECHÊUX, 1997). Partindo desse entendimento, discutiremos as Condições de Produção do Discurso (CPD) dominante sobre a mulher, no período referido. Segundo Amaral (2005, p. 27), tratar das condições de produção do discurso requer que comecemos por compreender o processo das determinações sociais, políticas e econômicas da produção intelectual em geral, designada pela teoria marxista como formas de consciência ou formações ideológicas. A produção intelectual é concretamente organizada e explicitada em forma de discursos. Isso significa dizer que é como discurso que essa produção intelectual tem efeitos de sentido, atua na realidade e provoca mudanças nas mesmas relações sociais que a originam.

Ao considerar que os sentidos sobre a mulher são determinados historicamente, estamos afirmando que não existe neutralidade na produção dos discursos. Esses últimos são submetidos ao sistema da língua, que se apresenta como a base comum de processos discursivos constituídos numa sociedade determinada. Adotando essa compreensão e partindo dos postulados do materialismo-histórico, presentes no quadro epistemológico da AD, concebemos o discurso “como uma prática resultante de um conjunto de determinações reguladas em um momento dado por um feixe complexo de relações com outras práticas, discursivas e não-discursivas.” (MALDIDIER, NORMAND & ROBIN, 1997, p. 82). Sendo assim, a língua apresenta-se como a materialidade do discurso, que produz sentidos em determinadas condições de produção. À luz desses pressupostos, constituiremos nosso *corpus* de análise por meio da delimitação de sequências discursivas do discurso dominante no final do século XIX e início do século XX (discurso republicano, discurso higienista, discurso religioso). Segundo Courtine (1981, p. 24), o corpus discursivo é definido como um conjunto de sequências discursivas estruturadas segundo um plano definido em referência a um certo estado das condições de produção do discurso. A constituição de um corpus discursivo é, com efeito, uma operação que consiste em realizar, por um dispositivo material de uma certa forma (isto é, estruturado segundo um certo plano), as hipóteses emitidas na definição dos objetivos de uma pesquisa. As sequências discursivas são as formas concretas do discurso (discurso concreto para Henry, 1990, p. 58), onde se dá o encontro das duas dimensões discursivas,

quais sejam: o intra e o interdiscurso.

Entendemos que os discursos produzidos no período a ser estudado inscrevem-se num conjunto de formulações que constituem a história da educação e das relações de gênero. Partindo do referencial teórico-metodológico da Análise do Discurso, realizaremos a discussão das concepções de mulher vigentes no final do século XIX e início do século XX.

A INSTRUÇÃO PÚBLICA E O PROJETO SOCIAL REPUBLICANO

O período republicano caracterizou-se pela derrocada do regime monárquico, marcado pela centralização de poder, precária representatividade política e pouca participação do povo. Com as mudanças ocasionadas viu-se a necessidade de uma reestruturação do Estado, intensificando-se as discussões acerca da educação do povo, considerada como fundamental para a constituição da unidade nacional. A República tentou estabelecer um projeto social, que consistia na expansão da instrução pública como forma de promover “os valores democráticos, federalistas e representativos do partido” (CHAMON, 2005, p. 87).

Diante da conjuntura política e social, a educação passa a ser considerada fundamental para formar um cidadão que se conformasse ao novo regime, contribuindo para o progresso da nação (SCHELBAUER, 1998). Além disso, buscava-se que a educação contribuísse para efetivar a transição do trabalho escravo, característico do antigo regime, para o trabalho assalariado. Nesse momento era necessário promover a unidade nacional ameaçada pela presença dos imigrantes que estavam adentrando no país para substituir o trabalho escravo. Tendo nacionalidades diversas, não tinham afinidade e identidade com o Brasil.

Sendo assim, o projeto educativo estava voltado para a constituição de uma alma nacional, do patriotismo do povo brasileiro e dos imigrantes. O projeto nacional de educação propagado pelo novo regime estava vinculado “à necessidade de civilizar o homem nacional, tendo em vista a consolidação de um regime político compatível à nova organização do trabalho e integração do imigrante europeu, tendo em vista a dissolução das diferentes nacionalidades na unidade nacional” (SCHELBAUER, 1998, p. 61).

A instrução pública, atrelada ao projeto republicano, consistia numa educação elementar, primária, isto é, das primeiras letras, destinada ao povo, por isso chamada de educação popular. Esta tinha como um de seus objetivos moldar os cidadãos, torná-los sujeitos dotados de valores morais, éticos, de caráter e preparados para adentrar no mundo do trabalho assalariado. Neste projeto, a participação da mulher era tida como preponderante, pois o governo republicano via na mulher uma importante contribuição para ministrar a

instrução pública. A mulher a partir do ideário republicano era concebida como um ser mais sensível, afetuoso, bondoso, pura espiritualmente, recatada e dotada de valores morais (CHAMON, 2005). Entendia-se que tais qualidades seriam essenciais para educar outros sujeitos e torná-los obedientes e condescendentes aos ideais republicanos, na sua consolidação.

Neste sentido, a escola “[...] foi sendo construída em uma tentativa de controlar e (con)formar o cidadão, fazendo uso do reforço da autoridade da disciplina tradicional e da racionalização do lugar de trabalho” (Idem., p. 90). Este modelo de escola era essencial para tornar os cidadãos disciplinados, civilizados e subservientes perante a nova ordem social. Para esta função, segundo os ideais republicanos, a mulher seria essencial, uma vez que estava acostumada a educar e disciplinar seus filhos no lar conduziria o trabalho de disciplinar os sujeitos com êxito, isto é, ensiná-los a serem obedientes aos valores e normas republicanas.

Portanto, a mulher teve um grande papel na efetivação do projeto social republicano, isto é, na expansão da instrução pública como forma de disciplinar e controlar os sujeitos das classes menos favorecidas.

O DISCURSO SOBRE A MULHER E A IDEOLOGIA PATRIARCAL

O discurso, segundo Florencio et. al. (2009), é concebido como o lugar onde são produzidos efeitos de sentido sobre a realidade social. Efeitos que são determinados pelas relações de exploração/dominação do sistema capitalista. Com isso, o discurso é considerado:

[...] Como práxis, pois produzido nas relações sociais, em determinado momento histórico, pelas necessidades impostas na produção e reprodução da existência humana, traz em si o histórico e o ideológico, próprios a essas relações (idem., p. 63).

A partir dessa concepção, compreende-se que o discurso articula língua, história e ideologia. Assim, o sujeito que o produz é determinado pelo lugar histórico e social ao qual pertence. Tais lugares produzem uma posição ideológica que norteia o discurso. Neste sentido, ele é ideológico, “pois sua produção requer um sujeito socialmente situado; e é este lugar que define uma posição ideológica e aponta como o sujeito participa da produção de uma sociedade”. (ibid., p. 64)

Durante o Período Republicano, diversos discursos sobre a mulher foram produzidos. Dentre eles: o discurso religioso que traz a comparação da mulher com a virgem Maria,

abnegada e pura; o discurso médico-higienista que afirma que a mulher deve ser saudável, sair de casa para fazer exercícios físicos para combater o ócio e os excessos mundanos da juventude; e o discurso do modelo normativo da família burguesa que afirmava que a mulher deveria se restringir as atividades do lar, ser boa esposa, boa mãe e dona de casa (PINSKY, 2012).

Além disso, a imagem da mulher enquanto mãe, dona de casa e esposa é amplamente divulgada na imprensa da época. Tal imagem corresponde ao que era pregado pela Igreja, ensinado pelos médicos e juristas e legitimado pelo Estado (MALUF; MOTT, 1998). Estes discursos são norteados pela ideologia patriarcal, a qual é constituída por elementos de saber do Patriarcado, que “designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens.” (DELPHY, 2009, p. 173).

Os discursos sobre a mulher serão analisados através da seleção de sequências discursivas retiradas do *Jornal das Moças*, que circulou durante o século XX. Esse jornal, segundo Soares e Silva (2013) era uma revista ilustrada produzida no Rio de Janeiro, no século XX, distribuído nacionalmente e com circulação semanal. Sua primeira edição ocorreu em maio de 1914 e a última em dezembro de 1968. Fundada pela editora Menezes, Filho & C. Ltda, do Rio de Janeiro e dirigida por seus fundadores Álvaro Menezes (diretor e redator) e Agostinho Menezes (diretor responsável). O *Jornal das Moças* caracterizava-se por trazer conteúdos destinados as mulheres, que eram seu público alvo, e com isso, trazia informativos de culinária, moda, dicas de beleza, anúncios de produtos como lingerie, remédios, filmes, produtos de beleza, imóveis, instituições de ensino (orfanatos), pontos comerciais e escritos de poemas, contos e poesias.

Esse jornal, ditava o comportamento social, religioso e familiar das mulheres, isto é, como elas deveriam ser, vestir-se, como deveriam se comportar perante o marido, a família e a sociedade. Segundo Alves, Caetano e Freitas (2016, p. 110) o *Jornal das Moças* “veio para resgatar e difundir os antigos valores atribuídos à mulher – a família e o lar, que estariam se perdendo diante das novas tendências sociais, culturais e econômicas”. Neste sentido, no jornal era reforçado o papel da mulher enquanto boa filha, esposa, mãe, cristã e dona-de-casa. Nele defendia-se a sua submissão ao homem e ao lar. Este papel atribuído à mulher alinhava-se ao modelo normativo de família burguesa, vigente no Período Republicano. Segundo esse modelo, o casamento tinha grande importância, pois além de ser um sacramento da Igreja Católica, era considerado uma instituição higiênica que tinha como objetivo o cuidado com a prole e a saúde dos filhos. Sendo assim, fazia-se necessário o casal ser saudável,

principalmente a mulher que gerava a prole. “O compromisso essencial do casal era com os filhos. Não se tratava mais de amar o pai sobre todas as coisas, e sim a raça e o Estado como a si mesmo” (COSTA, 1979, p. 218). Observamos, então, que o lugar ocupado pela Igreja é redefinido, tendo em vista a ênfase no ideário republicano. Anteriormente, a Igreja Católica tinha uma grande influência perante a sociedade, tanto no âmbito político quanto social. Diante disso, ela ditava o comportamento social do período. Com a mudança para o Período Republicano, essa realidade se modifica e começa a ocorrer um processo de redefinição do lugar ocupado pela Igreja e uma busca de centralização do poder no Estado.

Nessa conjuntura, ganha importância a realização de um bom casamento, entendido como aquele marcado pelos valores morais vigentes, fortemente influenciados pelo higienismo. Segundo Costa (1979) o homem deveria ter uma idade entre 24 a 25 anos, ser sadio, esbelto dotado de força moral e a mulher deveria ter entre 18 a 20 anos de idade, ser bela e meiga. Tais características formariam o casamento adequado, a partir do qual o casal geraria filhos saudáveis, fortes, e com valores morais. A mulher tinha um grande papel para a elevação da moralidade tanto familiar quanto da República, pois ela era considerada a educadora dos filhos, a formadora dos futuros cidadãos.

Portanto, o modelo normativo de família burguesa caracteriza-se pela família nuclear, constituída pelo pai, mãe e filho, que tinha na mulher um grande papel: o de procriar e educar os futuros cidadãos da República. Além disso, caracterizava-se também pela constituição da moral e pelo cuidado com a prole, uma vez que “o cuidado com a prole converteu-se, por esta via, no grande paradigma da união conjugal” (COSTA, 1979, p. 219). Identifica-se, então, a importância do modelo normativo da família burguesa para a manutenção da ordem social e econômica do Estado republicano. Segundo esse modelo, havia toda uma normatização do comportamento da mulher, como poderá ser observado na Sequência Discursiva n.º.1 retiradas do Jornal das Moças:

(SD1) Honrada por dever e não por cálculo. É uma triste verdade que nem todas as honradas se casam, mas não é também menos verdade que as maculadas só por exceção se matrimoniam¹ (Jornal das Moças, 1914, p. 17).

Na SD1 produz-se o sentido de que é um dever da mulher ser honrada, para que assim possa se “matrimoniar”, mas que infelizmente nem todas se matrimoniam, e que o casamento das “maculadas”, isto é, das desonradas só acontece por exceção. Logo, nessa sequência discursiva identificamos a presença do discurso religioso que defende que as mulheres dignas

¹ As sequências discursivas tiveram suas grafias atualizadas de acordo com as normas ortográficas vigentes.

de casamento são as mulheres honradas, imaculadas. É possível também observar o funcionamento do interdiscurso² que convoca sentidos de mulher atrelados à imagem da Virgem Maria. De acordo com a Igreja Católica ela é caracterizada enquanto uma mulher pura, imaculada, concebida sem o pecado original. É na imagem da Virgem Maria que a mulher republicana deveria se inspirar, pois as suas características, enquanto pura e imaculada, eram consideradas essenciais para a formação de uma mulher virtuosa e honrada capaz de ser a educadora das novas gerações.

Além do discurso religioso, há também na SD1 a presença do discurso médico-higienista segundo o qual era valorizada a saúde da sociedade republicana, que seria possibilitada por casais saudáveis que gerariam uma prole saudável. Este discurso pode ser observado quando na SD1 é afirmado que “as maculadas só por exceção se matrimoniam”. Nesse discurso produz-se o sentido de que as “maculadas” eram as mulheres desonradas, impuras, consideradas de saúde duvidosa, pois estavam mais propícias as doenças. Segundo Costa (1979), defendia-se à luz do discurso médico-higienista que a saúde dos filhos dependia da saúde de seus pais e com isso, a SD1 remete ao sentido de que as mulheres maculadas, por terem uma saúde duvidosa estavam propensas a gerarem filhos doentes.

Ainda sobre a mulher, circulavam na época discursos que tematizavam o comportamento da mulher na relação com seu marido. Tais discursos podem ser observados em algumas sequências do *Jornal das Moças* (1914, p. 17):

(SD2) É de bem que procure agradar ao homem, pois para isso nasceu, mas sem que tente deslumbrá-lo, afetando dotes e qualidades que não possui. Com cadeiras postiças e seios de algodão, raramente ateará incêndio ao combustível do amor, ou, quando isso aconteça, bem depressa se extinguirá.

(SD3) Quando for esposa, é que deve, mais do que nunca, galantear o marido, para que este nunca se enfade do amor conjugal. Deve procurar levantar-se mais cedo do que ele e sempre as escuras ou sob a penumbra do aposento, para que o marido não a veja desgrehada. Algumas esposas, ao invés de procurarem agradar aos maridos, exibem-se, ao contrário, aos olhos deles em grosseiro desalinho, sem compreenderem quanto podem perder com esse procedimento.

A partir da SD2 e SD3 é possível identificar que o jornal aborda em seu discurso o comportamento ideal feminino para agradar seu esposo e com isso, resguardar seu casamento

² O interdiscurso é o já existente, o dizível, que é exterior ao sujeito do discurso. Segundo Orlandi (1998, p. 17), “o interdiscurso se apresenta como séries de formulações que derivam de enunciações distintas e dispersas que firmam em seu conjunto o domínio da memória (do saber discursivo); esse domínio constitui a exterioridade discursiva para o sujeito do discurso” (AMARAL, 2005, p. 47).

“para que este [o marido] nunca se enfade do amor conjugal”. Com isso, o discurso produzido afirma que a mulher deve “galantear o marido”. Percebe-se assim, a responsabilização da mulher pelo sucesso do casamento, pela manutenção do amor conjugal, pela união conjugal sólida. Tanto o sucesso quanto o fracasso do casamento eram atribuídos ao modo de ser e agir da mulher perante o marido e o lar.

Tal discurso que concebe a mulher como um ser dócil e submisso ao marido é norteado pelo discurso do modelo normativo de família do período em estudo, ao retratar a mulher como um ser predestinado ao casamento e ao lar. Neste sentido, a necessidade da mulher agradar ao seu marido, para poder resguardar seu casamento e sua família.

No âmbito da concepção de mulher vigente no período estudado, foi identificada a defesa da instrução voltada para a laboriosidade do lar, como pode ser observado na sequência discursiva 4:

(SD4) Ser um pouco instruída. Conhecer bem, pelo menos, os rudimentos de aritmética e de leitura. A mulher é o primeiro funcionário do Estado familiar, pois tem a seu cargo a importante função da despesa, de cuja anarquia rebentam tantas revoluções (JORNAL DAS MOÇAS, 1914, p. 14).

Nessa sequência são abordados os saberes necessários para a administração do lar, isto é, conhecimentos da matemática e da leitura para que assim, pudessem administrar as despesas e a ordem do lar. Desse modo, a mulher deveria “ser um pouco instruída”. Segundo Louro (2009), no Período Republicano defendia-se que a “mulher deveria ser mais educada e menos instruída”, uma vez que a sua formação deveria privilegiar sua formação moral. A mulher não precisava de muitas informações e conhecimentos, pois para desempenhar seu papel “natural”, isto é, ser esposa e mãe, era exigido apenas uma moral sólida e bons princípios. Tais valores morais seriam essenciais para o desempenho de sua função social de educadora dos filhos e formadora dos futuros cidadãos. Neste sentido, a defesa da “pouca instrução” da mulher.

Compreende-se a partir dos discursos analisados que eles não são neutros, mas políticos, históricos, dotados de uma ideologia, que demarca o papel da mulher e sua função na sociedade republicana, sendo norteados primordialmente pela ideologia patriarcal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As concepções de mulher produzidas nas primeiras décadas do Período Republicano foram materializadas em diversos discursos que visavam

demarcar o papel da mulher naquela sociedade. A mulher era concebida como um ser frágil, delicado, puro, abnegado e submisso ao homem. Tais concepções eram baseadas na ideologia patriarcal, defendendo-se, então, que o homem detinha o poder sobre a mulher, com isso influenciando o comportamento da mulher, seus modos de agir e de viver.

Com a ascensão da burguesia, surgiu um novo modelo normativo de família, a família nuclear burguesa, que contribuiu para delimitar o lugar social das mulheres atrelado aos interesses dominantes. Com isso, a mulher passa progressivamente a ocupar um lugar social de suma importância, o de civilizar e disciplinar os futuros cidadãos, educando-os nos valores morais republicanos, contribuindo para a manutenção da ordem.

A partir da pesquisa desenvolvida foi possível aprofundar o estudo sobre as concepções de mulher vigentes no período estudado e sobre as determinações histórico-ideológicas da produção dos discursos e dos sentidos que circulavam no início da República no Brasil.

REFERÊNCIAS

AMARAL, M. V. B. **Pressupostos teóricos e metodológicos: do funcionamento da língua ao funcionamento do discurso.** In: AMARAL, M. V. B. Discurso e relações de trabalho. Maceió: EDUFAL, 2005.

ALVES, C. J. L.; CAETANO, A.; FREITAS, A. C. S. **Jornal as Moças: ensino, mídia e discurso.** Paraíba: Revista temática. n, 02. Fevereiro 2016 . ISSN: 1807-8931.

CHAMON, Magda. Mulheres, ao trabalho! A República espera por vocês! In: **Trajetória de feminização do magistério: ambiguidades e conflitos.** Belo Horizonte: Autêntica/FCH-FUMEC, 2005. p. 87-111.

COSTA, Jurandir Freire. **Homens e Mulheres.** In: COSTA, Jurandir Freire. Ordem médica e norma familiar. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

COURTINE, Jean-Jacques. **Analyse du discours politique: le discours communiste adressé aux chrétiens.** In: Langages, n° 62. Paris, Larousse, 1981.

DELPHY, Christiane. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA Helena ...[et.al.] (orgs.) Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

D'INCAO, Maria Ângela. **Mulher e família burguesa**. IN: In: DEL PRIORI Mary; BASSANEZI, Carla (org.). História das mulheres no Brasil. 9ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2009.

FLORENCIO, A. M. G; MAGALHÃES, B; SOBRINHO, H. F. S; CAVALCANTE, M. S. A. O. Discursos e relações sociais. In: **Análise do Discurso: Fundamentos e práticas**. Maceió: Edufal, 2009, p. 63-87.

HENRY, Paul. **Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969)**. In: GADET, Françoise & HAK, Tony. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux; tradução de Bethania S. Mariani [et al.] Campinas: Editora da UNICAMP, 1990

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. In: DEL PRIORI Mary; BASSANEZI, Carla (org.). História das mulheres no Brasil. 9ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, Fernando A; SEVCENKO, Nicolau. **República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 367-421.

MALDIDIER, D., NORMAND, Cl., ROBIN, R. **Discurso e ideologia: bases para uma pesquisa**. In: ORLANDI, Eni et al (org.) Gestos de leitura: da história no discurso. 2ª Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 3ª. Edição, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY; PEDRO. **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 469-512.

SCHELBAUER, Analeta Regina. A educação do ponto de vista do interesse público na transição da monarquia para a República. In: **Idéias que não se realizam: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914**. Maringá: EDUEM, 1998. p. 56-125.

SOARES, D. S; SILVA, U. R. **O Jornal das Moças: uma narrativa ilustrada das mulheres de 30 a 50 e sua passagem por Pelotas nas décadas**. Pelotas: Seminário da História da Arte. n, 3. 2013. ISSN: 2237-1923